



EMPRESA PARAIBANA
DE COMUNICAÇÃO



131 Anos
Paraná do Paraíba



Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

CNPJ nº 10.366.780/0001-41



www.grupocpfl.com.br

Relatório da Administração

Senhores acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA submete à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.									
Balanco Patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)									
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022		
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	243.076	299.182	Fornecedores	15	5.264	6.487		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8	78.512	42.422	Taxas e contribuições	16	3.852	2.771		
Tributos a compensar	9	28.451	17.278	Passivo fiscal corrente	10	45.584	48.368		
Estoque	11	40.830	54.781	Obrigações com pessoal	18	1.402	1.635		
Outros créditos	12	10.680	23.668	Outras contas a pagar	18	11.955	24.203		
Total do ativo circulante		401.550	437.331	Total do passivo circulante		68.057	83.463		
Não circulante				Não circulante					
Depósitos judiciais	18	26	12	Débitos fiscais diferidos	19	38.504	64.909		
Outros créditos	12	1.412	2.520	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	750	750		
Imobilizado	13	91.011	181.364	Outras contas a pagar	18	-	52		
Intangível	14	2.809	5.137	Total do passivo não circulante		39.254	65.711		
Total do ativo não circulante		95.258	189.033	Patrimônio líquido	20				
				Capital social		61.413	161.413		
				Reservas de lucros		328.084	315.777		
				Total do patrimônio líquido		389.497	477.190		
Total do ativo		496.808	626.364	Total do passivo e patrimônio líquido		496.808	626.364		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto dividendo por ação)

						Reservas de lucros			
						Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Proposta de distribuição de dividendos adicionais
						Nota	2023	2022	Lucros acumulados
									Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021									
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior						20			
Redução de capital social						20	(60.000)	-	(61.593)
Lucro líquido do exercício						20		-	135.783
Destinação do lucro:									
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração						20	-	27.567	(27.567)
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,258 por ação) e pagos						20	-	-	(64.794)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais propostos						20	-	-	(64.794)
Saldos em 31 de dezembro de 2022									
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior						20			
Redução de capital social						20	(100.000)	-	(100.000)
Utilização de reserva legal						20		(32.000)	(32.000)
Lucro líquido do exercício						20		-	143.745
Destinação do lucro:									
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração						20	-	27.272	(27.272)
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,587 por ação) e pagos						20	-	-	(56.018)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais propostos						20	-	-	(56.018)
Saldos em 31 de dezembro de 2023									
							61.413	12.282	389.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com a finalidade específica de desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) usinas termoeletríficas ("UTE"), denominadas "UTE Termoparaíba" e "UTE Termordeste", que em conjunto são denominadas ("UTES"), ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada prevista de 170,80 MWh cada. As UTES receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica através das Portarias do MME nº 340, de 6 de dezembro de 2007, e nº 347, de 11 de dezembro de 2007, para a UTE Termoparaíba e a UTE Termordeste, respectivamente. O início das operações ocorreu em 24 de dezembro de 2010 para a UTE Termordeste e 13 de janeiro de 2011 para a UTE Termoparaíba. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Projelada s/n, Engenheiro Triunfo, Estrada do Aterro Sanitário Km 01, Distrito Industrial, CEP 58000-000, cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba. As UTES Termordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, esse custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário ("CVU") declarado pela energia gerada. Há dois tipos de receita nas UTES: Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE. Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTES e avaliada no CVU: que é o valor do custo variável para cada MWh gerado pelas UTES, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis. No exercício de 2023, a Companhia teve um aumento em sua receita e custo operacional em comparação com 2022. O principal fator para variação foi o despacho médio de 1,51% da capacidade instalada em 2023 frente a 0,6% realizado em 2022. O despacho é realizado substancialmente em atendimento às demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2024. 1.1 Continuidade operacional da Companhia: Em 31 de dezembro de 2024, ocorrerá a liquidação dos contratos de geração e venda de energia. Não estão previstas as renovações ou prorrogações das autorizações, bem como indenizações dos investimentos realizados, assegurando-se o direito de remoção das instalações realizadas no final do período. Entretanto, espera-se que a Companhia permaneça em plena capacidade operacional e financeira durante todo o exercício de 2024, apresentando lucro e índices financeiros positivos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas em que as estimativas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros. 2.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: (a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: Mudanças climáticas podem afetar a Companhia no que tange mais demandas de despacho para geração de energia do que o esperado para o ano. A ocorrência ou não de chuvas, ventos e incidência de sol podem afetar outras empresas ligadas a geração de energia. Neste contexto, a Companhia observa as variações para adotar estratégias na gestão do negócio como aquisições de matéria-prima, manutenções do processo produtivo entre outras. Relacionada a sua atividade individual a Companhia não vislumbra grandes impactos relacionado a mudanças climáticas. (b) Reforma Tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Lei Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para aprovação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. (c) Impostos contábeis decorrentes de Guerras: Os conflitos existentes na Europa, iniciado em 2022 entre Rússia e Ucrânia, e na Ásia, entre Israel e Hammas em 2023, têm gerado grandes impactos a economia mundial. A indisponibilidade de produtos fabricados naquelas regiões é um dos fatores mais relevantes que pode ser observado. Entretanto, a Companhia não identificou nenhum pacto relevante para sua operação, tendo em vista que seus principais fornecedores das regiões citadas estão concentrados entre Itália e Alemanha.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. (a) Perda (impairment) de ativos financeiros: As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. (b) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: Os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos montam um saldo de R\$ 38.504 relacionadas a diferenças temporárias e da utilização da depreciação acelerada. A estimativa é que todo o saldo seja utilizado até o final do período de contrato de venda de energia em 31 de dezembro de 2024. (c) Vida útil dos ativos (depreciação e amortização): No início do exercício de 2020, a Companhia avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não tem mais expectativa de participar de novos leilões no curto prazo, visto que os novos leilões de energia não contemplam fontes de combustível a óleo, que engloba concessionárias como a Companhia. Adicionalmente, as discussões em âmbito regulatório foram pautadas por temas como descontratação antecipada das UTES à óleo e renovações de térmicas a Gás Natural. Neste cenário, em 2020 a Administração avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização, qual seja, 31 de dezembro de 2024. Para maiores informações, consultar Nota Explicativa 6.6. (d) Contas a receber: O reconhecimento dos valores a receber é realizado por meio de provisões e posterior emissão de nota fiscal, embasadas por relatórios preliminares emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Após a liberação dos relatórios finais pelo órgão é realizada uma provisão complementar no mês subsequente e posteriormente o documento fiscal que formaliza a operação.

5. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

ALTERAÇÕES ADOTADAS PELA COMPANHIA

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as estimativas devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos significativos para a Companhia.

6. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. 6.1 Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica. As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo a parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável, pela venda de energia elétrica, é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente. 6.2 Receita Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre: Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre. Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. 6.3 Subvenções governamentais (Lucro da exploração): As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro 1976 denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos. A Companhia possui direito à utilização do benefício até 31/12/2027, conforme Lei Constitucional nº 337/2018. Em 2015, a Companhia passou a ter o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de empresas localizadas na região das extintas Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/senção do Imposto de Renda de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da Companhia. Para maiores detalhes, ver nota explicativa 22 - Patrimônio Líquido. 6.4 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: i) Receita de juros; ii) Despesa de juros; iii) Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e; iv) Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. 6.5 Despesa de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Administração da Companhia conduziu análises referente ao ICP 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias. A Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos ou entre pagamentos ou recebidos que refletem as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. 6. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências de diferentes maneiras sob as quais a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. 6.5 Estoques: O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável. A Companhia verifica a utilização e necessidade dos itens para identificar possíveis perdas por danificações ou obsolescência. 6.6 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (impairment), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas decorrentes de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, e nos exercícios anteriores utilizou-se o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL. No início do exercício de 2020, a Companhia avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não tem mais expectativa de participar de novos leilões no curto prazo, visto que os novos leilões de energia não contemplam fontes de combustível a óleo, que engloba concessionárias como a Companhia. Adicionalmente, as discussões em âmbito regulatório foram pautadas por temas como descontratação antecipada das UTES à óleo e renovações de térmicas a Gás Natural. Neste cenário, em 2020 a Administração avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização, qual seja, 31 de dezembro de 2024. Para maiores informações, consultar Nota Explicativa 6.6. (d) Contas a receber: O reconhecimento dos valores a receber é realizado por meio de provisões e posterior emissão de nota fiscal, embasadas por relatórios preliminares emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Após a liberação dos relatórios finais pelo órgão é realizada uma provisão complementar no mês subsequente e posteriormente o documento fiscal que formaliza a operação.

exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

A Administração

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	21	352.131	311.259	Receita operacional líquida			
Custo do serviço de energia elétrica				Custo do serviço de energia elétrica			
Custo de operação	23	(165.713)	(134.980)	Custo de operação	23	(165.713)	(134.980)
Custo com energia elétrica	22	(29.244)	(26.900)	Custo com energia elétrica	22	(29.244)	(26.900)
Lucro bruto		157.174	149.379	Lucro bruto			
Despesas operacionais				Despesas operacionais			
Reversão (Perda) por redução ao valor recuperável do contas a receber	23	13	11	Reversão (Perda) por redução ao valor recuperável do contas a receber	23	13	11
Outras (despesas) receitas operacionais	23	(9.887)	(11.900)	Outras (despesas) receitas operacionais	23	(9.887)	(11.900)
Lucro operacional		146.990	137.335	Lucro operacional			
Recargas (despesas) financeiras				Recargas (despesas) financeiras			
Recargas financeiras	24	30.387	34.865	Recargas financeiras	24	30.387	34.865
Despesas financeiras	24	(824)	(4.958)	Despesas financeiras	24	(824)	(4.958)
Resultado financeiro		29.563	29.907	Resultado financeiro			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		176.553	167.242	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda	19	(16.927)	(16.373)	Imposto de renda	19	(16.927)	(16.373)
Contribuição social	19	(15.882)	(15.085)	Contribuição social	19	(15.882)	(15.085)
Total do imposto de renda e contribuição social		(32.809)	(31.458)	Total do imposto de renda e contribuição social			
Lucro líquido do exercício		143.745	135.783	Lucro líquido do exercício			
Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas (Em Reais)		1,51	0,54	Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas (Em Reais)			



★ continuação		Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA - CNPJ nº 10.366.780/0001-41	
Diretoria		Contador	
José Ferreira Abdal Neto - Diretor Presidente		Ricardo Idé Kintschner - Diretor Financeiro	
Renato Barros Pinheiro - CRC PB-012257/O-5			
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras			
Aos Administradores e Acionistas Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em		conjunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas	
Intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.		Recife, 15 de fevereiro de 2024	
			
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-6		Patrícia Seoane Azevedo Biondi Contadora - CRC 1BA040103/O-0	